INFORMAÇÃO N.º PDDV5531469

DATA: 2025-04-18

NIPC / NIE: 5531469

Identificação do Requerente

Nome: MARIA RODRIGUES SANTOS

Data de Nascimento: 1985-08-30

N.º Doc. Identificação: GD768456

Assunto: Projeto de Decisão de Indeferimento - Audiência Prévia de Interessados (artigo 78.º da Lei 23/2007, de 4 de julho, na sua atual redação, e artigo 51.º-A do Decreto regulamentar 84/2007, de 5 de novembro, na sua atual redação

I. Estado do seu processo

Na sequência do seu atendimento presencial num posto de atendimento da EMAIMA, o seu pedido de concessão de autorização de residência temporária foi analisado e verificou-se que não está em condições de ser deferido, pelos seguintes motivos:

a) Não foi apresentado passaporte ou documento de viagem válido

Normas legais ou regulamentares aplicáveis:

- Artigo 51.º-A, conjugado com a al. b) do n.º 1 do artigo 12.º, ambos do Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro.

b) Não foi comprovada a posse de meios de subsistência suficientes estáveis e regulares

Normas legais ou regulamentares aplicáveis:

- Artigo 78.º, n.º 2, al. a), da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho.
- Artigo 12.º-A, n.º 6, do Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro.

- Portaria n.º 1563/2007, de 11 de dezembro.

c) Outras informações

A Requerente deverá juntar cópia do passaporte com os vistos de entrada em TN/Espaço SCHENGEN. A Requerente deverá ainda juntar certificado criminal do país de origem. A Requerente deverá ainda juntar declaração de inicio de actividade, bem como os recibos de Dezembro de 2024, Janeiro e Março de 2025.

II. O que pode fazer para evitar o indeferimento

Para evitar o indeferimento do seu pedido de renovação da autorização de residência CPLP deverá proceder da seguinte forma, no prazo de 10 dias úteis a contar da receção deste aviso:

1. Apresentar os documentos em falta indicados anteriormente

Se o documento em falta for o certificado do registo criminal, pode:

a) Entregar o original no local onde foi atendido presencialmente, devendo apresentar esta notificação; ou

b) Enviar o original para um dos seguintes apartados postais:

- Apartado 42004 (Lisboa) Loja CTT Telheiras, Rua Prof. Mário Chicó, 2M, 1600-622 Lisboa

- Apartado 55002 (Porto) Ponto CTT Campo Alegre (Porto), Rua do Campo Alegre, 254, 4150-169 Porto

Tenha em conta que não serão aceites cópias destes documentos.

Para apresentar qualquer outro documento deverá utilizar exclusivamente o seguinte link: https://services.aima.gov.pt/CPLP/login.php

2. Para além de apresentar os documentos referidos anteriormente, poderá apresentar uma exposição escrita com alegações que possam contrariar os fundamentos do projeto de decisão de indeferimento.

Para apresentar esta exposição escrita deverá utilizar exclusivamente o seguinte link: https://services.aima.gov.pt/CPLP/login.php

III. Advertências finais

Por favor, tenha em atenção o seguinte:

- Este aviso serve de notificação para exercer o seu direito de audiência prévia, de acordo com o disposto nos artigos 121.º e 122.º do Código de Procedimento Administrativo.

- Esta notificação é feita por via eletrónica ao abrigo do disposto nos artigos 14.º e 62.º do CPA, e nos termos do consentimento prestado por si no acesso ao portal de serviços AIMA, em https://services.aima.gov.pt, em obediência ao disposto no n.º 1 do artigo 63.º do Código do Procedimento Administrativo.

- Qualquer resposta que não seja apresentada no portal de serviços por esta forma (por exemplo, por email ou por correio) poderá resultar na impossibilidade de apreciar o seu pedido no prazo concedido para o efeito, resultando no seu indeferimento.

- Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 122.º do CPA, o processo administrativo pode ser consultado por via eletrónica no portal, bastando para o efeito aceder à sua área de utilizador com as credenciais que lhe foram fornecidas (nome de utilizador e palavra-passe).

O responsável pela direção do procedimento,
Paulo Henriques
(Diretor do Departamento de Procedimentos, Auditoria e Qualidade)